

Zuckerberg sinaliza que big techs querem governar a política mundial

» ROSELI FIGARO

Professora titular da Escola de Comunicações e Artes da USP, coordenadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-USP)



» CLAUDIA NONATO

Professora do Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação da USP (CELACC-USP) e vice-coordenadora CPCT-USP

Depois da controvertida participação do X na campanha eleitoral dos Estados Unidos da América (EUA), que acabou por eleger Donald Trump, Elon Musk vai assumir um cargo no governo para sanear a estrutura do Estado. Juntou-se a ele o CEO da Meta, Mark Zuckerberg, cujas declarações atacam as ações dos EUA, dos países latino-americanos e da União Europeia em busca da regulação das redes sociais. Zuckerberg classificou a moderação de conteúdo, mesmo a autorregulação, de "censura e ataque à liberdade de expressão". Ao usar o termo liberdade de expressão, dá o recado para os ingênuos que vinham atestando o papel de bom mocismo dos empresários e financistas das empresas de redes sociais digitais, as usualmente chamadas de big techs.

A ação desses empresários que controlam boa parte da produção e circulação de informações no mundo mostra uma mudança tática. As recentes declarações tanto de Zuckerberg quanto de Musk apontam para uma atitude mais direta e não dissimulada: governarão eles mesmos.

A mudança tática dessas lideranças aponta que as questões relativas à geopolítica sofrerão alterações. As medidas econômicas contra a China e a Rússia também se estenderão a todos — regiões e países — que não obedecerem aos determinantes daqueles que regerão o governo Trump, ou seja, as medidas que favoreçam diretamente as big techs. O ataque à autodeterminação e à soberania dos países fica explícito.

Dessa maneira, para que os interesses das big techs ocupem esse lugar de protagonismo nos rumos da governança global, o jornalismo e a circulação de informações devem ser cerceados. Pois a desinformação, defendida por essas empresas ao recusarem a moderação de conteúdos, é um instrumento político que combate as forças democráticas, impede o exercício dos direitos civis e o debate de ideias sem discurso de ódio. O jornalismo, de outra parte, de modo geral, trabalha para a circulação de informações devidamente apuradas e desenvolve mecanismos de moderação de conteúdos e de checagem.

E mais: a desinformação, propugnada pelas big techs que negam a moderação de conteúdos, gera resultados eleitorais que beneficiam os interesses particulares dessas corporações. As big techs alimentam-se da desinformação, da polarização, da discórdia, da quebra dos laços comunitários e, sobretudo, da perda da noção de cidadania, dos direitos civis e trabalhistas porque não querem nenhuma regulamentação para seus negócios e lucros estratosféricos, gerados graças aos dados capturados dos usuários.

Mas o ataque não para aí. Estende-se, sobretudo, às camadas subalternas, às maiorias de negros(as), pobres, imigrantes, populações LGBTQIA+ e a todas as pessoas que cabem no quadro caracterizado pela diversidade. Ao

atualizar suas políticas sobre o tipo de conteúdo que poderá ser removido dos próprios sites, as big techs, como o X e a Meta (Instagram, Tik Tok...), passam a permitir o uso de linguagem ofensiva a questões de gênero, etnia, raça, orientação sexual, entre outros direitos identitários. Ou seja, mulheres, pessoas negras, indígenas, transgêneras, não binárias, PCDs e imigrantes serão alvos fáceis para os discursos de ódio nas redes sociais sob o aval da negação de moderação de conteúdos por parte das big techs.

Ficou evidente que a questão da diversidade também não interessa mais a tais empresas. Logo depois da declaração de Zuckerberg, a Meta anunciou o encerramento do seu apoio a programas de diversidade e inclusão. O anúncio feito pelo CEO fortalece o movimento conservador antidireitos civis em crescimento nos EUA. A influência desses grupos é, inclusive, política, com as recentes críticas feitas por apoiadores de Donald Trump à candidatura de Kamala Harris.

A diversidade também parece não ser lucrativa para os capitalistas. Eles apostam no discurso da meritocracia para ofuscar o propósito da exclusão com base no darwinismo social e na eugenia. No que diz respeito às redes digitais, Zuckerberg deu a largada.

Uma dica: para ajudar as pessoas a refletirem sobre todas essas questões, pesquisadores da USP prepararam uma cartilha educativa produzida a partir de estudo sobre os Termos de Uso e Política de Privacidade da empresa Meta e seus produtos: Facebook, Instagram e WhatsApp. O Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT), sediado na Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA/USP), coordenou essa pesquisa intitulada Meta: se apropriar de seus dados. O caminho das informações pessoais no ambiente digital.

É preciso banir o PMMA do Brasil

» JOSÉ HIRAN GALLO

Presidente do Conselho Federal de Medicina (CFM)



Desde 2006, entidades médicas nacionais têm alertado as autoridades e a população sobre riscos relacionados ao uso do polimetilmetacrilato (PMMA) como preenchedor cutâneo ou de áreas extensas, como glúteos. Porém, as sucessivas notas e pareceres não atingiram seu objetivo de restringir o emprego dessa substância.

Pelo contrário, percebe-se o aumento vertiginoso da aplicação do PMMA em procedimentos estéticos, inclusive por profissionais não médicos, causando imenso dano à população. No noticiário e nos consultórios, é evidente a recorrência de casos de sequelas e mortes com origem no emprego desse polímero que faz parte do arsenal da medicina desde a Segunda Guerra Mundial.

Seu uso na medicina teve início naquela época, sendo empregado na reconstrução de defeitos cranianos. Posteriormente, foi introduzido como cimento ósseo e na fabricação de lentes oculares, além de ter usos também na odontologia. Como material de preenchimento, sua adoção começou nos anos 1990.

Contudo, sua aplicação como preenchedor foi cercada de controvérsias, desde poucos anos após sua introdução no mercado. Atualmente, a prática clínica e evidências científicas sólidas revelam problemas complexos decorrentes da injeção dessa substância em preenchimentos cutâneos e de partes moles.

Por ser material não reabsorvível e permanente, o PMMA é capaz de gerar complicações mesmo muitos anos após sua aplicação. Entre elas, estão a formação de nódulos, granulomas, processos inflamatórios crônicos, embolias, necroses teciduais, infecções persistentes, insuficiência renal, deformidades irreversíveis e mortes.

A situação se agrava ainda mais, pois complicações relacionadas ao PMMA não são de fácil condução. Esses tratamentos envolvem o uso contínuo de imunossuppressores e sua remoção cirúrgica está necessariamente associada à retirada de parte dos tecidos saudáveis preenchidos. Geralmente, esses atos resultam em danos estéticos e funcionais significativos.

Assim, em virtude do elevado risco de efeitos adversos, o PMMA não é recomendado para fins estéticos e reparadores, independentemente de ser administrado por médicos ou não médicos, uma vez que as intercorrências são produto-dependentes.

Diante desse cenário e visando à proteção da sociedade, o Conselho Federal de Medicina (CFM), após ampla discussão, reuniões de Câmaras Técnicas e revisão das evidências científicas, encaminhou documento formal à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) com recomendação para que o uso do PMMA como substância de preenchimento seja proscrito no Brasil e requerimento para que seja determinada imediatamente a suspensão de sua produção e comercialização.

O caminho proposto pelo CFM não é inédito no mundo. Na Holanda, o uso de preenchedores não absorvíveis com finalidade estética está banido desde 2015. Na Argentina, decisão semelhante foi tomada em 2022. O entendimento foi de que o risco de complicações não supera os benefícios.

Nos Estados Unidos e no Canadá, existe apenas um preenchedor à base de PMMA aprovado pelas autoridades sanitárias, cuja indicação é exclusivamente para o preenchimento do sulco nasolabial e o tratamento de cicatrizes de acne. Inclusive, não há permissão para seu uso como preenchedor no tratamento da lipodistrofia em pacientes com HIV.

Na França, a agência reguladora nacional (ANSM) adverte desde 2012 contra o uso de preenchedores não absorvíveis para fins estéticos devido ao risco de efeitos adversos graves, extremamente tardios e incontroláveis. Em seu site, a ANSM informa que produtos à base de polimetilmetacrilato deixaram de ser permitidos no país desde 2008.

Espera-se que os mesmos níveis de sensibilidade e responsabilidade sejam reproduzidos pela Anvisa. Cabe aos diretores e técnicos da agência decidirem o futuro do PMMA no Brasil a partir da análise de artigos científicos consistentes e do posicionamento recorrente dos médicos especialistas, com o respaldo técnico e ético do CFM.

É inegável que o país está diante de uma relevante questão de saúde pública — sensível e desafiadora — que exige esforços conjuntos com o objetivo de proteger a integridade, saúde e vida de milhares de homens e mulheres que estão sob ameaça com a manutenção do uso do PMMA no Brasil.



Brasil, o país dos privilégios

» LUCIANO NAKABASHI

Doutor em economia e professor associado da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP/USP)



Em 2024, Daron Acemoglu e Simon Johnson, ambos do Massachusetts Institute of Technology (MIT), além de James Robinson, da University of Chicago, foram os ganhadores do Prêmio Nobel em Economia. Os três professores deram contribuições significativas sobre a qualidade institucional no processo de desenvolvimento econômico em ex-colônias europeias.

Os autores mostraram que países que foram colonizados a partir do estabelecimento de instituições mais inclusivas, onde a distribuição inicial de terra e poder político foram mais igualitárias, foram capazes de alcançar elevados níveis de desenvolvimento, como Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. A importância de instituições iniciais mais inclusivas é que as políticas públicas adotadas foram para favorecer uma parcela mais ampla da população. Os colonos dessas regiões receberam porções de terra para que pudessem se estabelecer e produzir o necessário para o sustento próprio, além de comercializar o excedente. Como a terra era a principal forma de riqueza, sua distribuição foi relativamente igualitária nessas regiões, com exceção do sul

dos Estados Unidos, que utilizou grande parte de mão de obra escrava em grandes latifúndios.

Nessas regiões, que podem ser denominadas como a "Nova Europa", uma das políticas adotadas no sentido de beneficiar a maior parcela da população foi o estabelecimento de escolas públicas para ampla parcela da população. Esses países se destacaram muito cedo no quesito acumulação de capital humano. Com pessoas mais qualificadas, esses países foram capazes de aproveitar o processo de industrialização que tinha se iniciado na Inglaterra, na Primeira Revolução Industrial, além de outras técnicas e tecnologias que eram desenvolvidas em outras partes do mundo até se tornarem líderes em capacidade produtiva e inovação tecnológica.

Por outro lado, os países da América Latina tiveram o estabelecimento de instituições iniciais mais voltadas para exploração dos recursos naturais, com o estabelecimento de grandes latifúndios com mão de obra escrava africana ou indígena de nativos que já habitavam a região. Desde o início da colonização, ocorreu grande concentração de riqueza e de poder político na mão de poucos senhores das terras.

Desde o princípio, as instituições foram estabelecidas de forma a beneficiar uma pequena elite que concentrava a posse de terra, mão de obra escrava e poder político. Por exemplo, a falta de acesso à educação ou saúde foi marcante para grande parte das pessoas nos países da América Latina, um dos maiores elementos que justificam uma das piores desigualdades do mundo

atualmente e os baixos desempenhos em testes educacionais ainda hoje.

No entanto, o acesso à educação e saúde é apenas um dos poucos privilégios que, historicamente, a classe média alta e as famílias de alta renda desfrutaram de forma quase exclusiva até a Constituição de 1988. É notável como certos setores produtivos têm privilégios, como reserva de mercado e redução de imposto de renda, por exemplo. Certas classes de servidores que possuem inúmeros privilégios continuam sempre lutando para aumentar seus ganhos em detrimento ao restante da sociedade, como vimos recentemente com o restabelecimento dos quinquênios para certa categoria de servidores da área jurídica que já têm salários elevadíssimos, além de outros benefícios. Os deputados e senadores, que também possuem elevados salários e uma série de outros benefícios, atualmente têm acesso a uma elevada quantidade de recursos via emendas parlamentares que são utilizadas para manter seu capital político e aumentar a probabilidade de reeleição. Esses são apenas alguns exemplos dos privilégios que os ricos e poderosos possuem no Brasil em detrimento do restante da população.

O nosso país ainda tem instituições que beneficiam uma pequena elite, com muitas pessoas pobres que carecem de bens e serviços básicos para que possam ter a mínima qualidade de vida e, dessa forma, aproveitarem seu potencial produtivo. Enquanto o Brasil for o país de privilégios e privilegiados, seremos um país subdesenvolvido.